



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO VEREADOR ADALTO DE BANDEIRANTES

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO.

PEDIDO DE PROVIDÊNCIA Nº 080/GVAB/CMPV/2026.

O Vereador que este subscreve, com fulcro no art. 49, § 3º, da L.O.M e art. 118, inciso II, e art. 127º do Regimento Interno desta Casa de Leis, requer que, após a tramitação regimental, seja encaminhado com cópias à **Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA** para que determine ao setor competente desta, a seguinte providência:

Seja providenciada, a disponibilização de equipe técnica e maquinário especializado para a reposição da tampa de bueiro, localizado na rua Alexandre Guimarães, bairro Mato Grosso, cidade de Porto Velho.

J U S T I F I C A T I V A

Sr. Secretario,

Solicito que seja providenciado, a reposição da tampa de bueiro, localizado na rua Alexandre Guimarães, bairro Mato Grosso, cidade de Porto Velho. A ausência da referida tampa expõe diretamente a abertura do bueiro, configurando um grave perigo tanto para pedestres quanto para condutores de veículos e ciclistas que transitam pelo local. Trata-se de uma via com circulação frequente, onde o problema pode passar despercebido, especialmente em períodos noturnos ou em condições de baixa visibilidade, aumentando consideravelmente o risco de acidentes. Ressalta-se que a situação compromete não apenas a segurança, mas também a mobilidade urbana, podendo ocasionar danos materiais e físicos aos usuários da via. Além disso, há risco de agravamento do problema, como obstrução do sistema de drenagem devido ao acúmulo de resíduos. Diante do exposto, solicita-se a reposição imediata da tampa de bueiro, a fim de restabelecer as condições adequadas de segurança e prevenir eventuais acidentes no local.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.



Sala das Sessões, 23 de Abril de 2026.

ADALTO DE BANDEIRANTES

Vereador

(1) “Art. 49 -

(...)

§3º - Os pedidos de providências enviados pelos Vereadores ao Prefeito, aos Secretários Municipais, deverão ser respondidos no prazo máximo de 20 dias, informado acerca do atendimento ou não das providências solicitadas, importando crime de responsabilidade nos termos da Lei, a ausência de resposta no prazo mencionado. ”

(2) “Art. 118 - As proposições consistirão em:

(...)

II - Pedido de Providências

(...)”

(3) “Art. 127 - Pedido de Providências é uma forma mais direta e objetiva de se reivindicar dos órgãos públicos municipais providências para a solução imediata de determinados problemas que dizem respeito à ação de setores da área municipal. ”



Assinado por **Adalto Donato De Oliveira** - Vereador - Em: 28/04/2026, 12:43:26